



UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA – UNEB
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS – CAMPUS IV
LICENCIATURA PLENA EM GEOGRAFIA

ADENILZA OLIVEIRA DE SOUZA
SUZANE ARAÚJO LIMA

**IMPACTOS SÓCIO CULTURAIS, POLÍTICOS E ECONÔMICOS DA
ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES DE JABOTICABA
(APPJ) PARA O MUNICÍPIO DE QUIXABEIRA-BA**

Jacobina
2008

ADENILZA OLIVEIRA DE SOUZA
SUZANE ARAÚJO LIMA

**IMPACTOS SÓCIO CULTURAIS, POLÍTICOS E ECONÔMICOS DA
ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES DE JABOTICABA
(APPJ) PARA O MUNICÍPIO DE QUIXABEIRA - BA**

Monografia apresentada a Universidade do Estado da Bahia – UNEB Campus IV, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciatura Plena em Geografia.

Orientadora: Prof. Maria Zélia Martins Ferreira de Araújo

Jacobina
2008

ADENILZA OLIVEIRA DE SOUZA
SUZANE ARAÚJO LIMA

**IMPACTOS SÓCIO CULTURAIS, POLÍTICOS E ECONÔMICOS DA
ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES DE JABOTICABA
(APPJ) PARA O MUNICÍPIO DE QUIXABEIRA-BA**

Monografia apresentada a Universidade do
Estado da Bahia – UNEB Campus IV, como
requisito parcial para a obtenção do grau de
Licenciatura Plena em geografia.

Aprovada em: ___/___/___

Banca Examinadora

Prof. Dr^a. Benedita P. de Andrade

Prof. Marccone Denys dos R. Nunes

Prof. Maria Zélia M. F. de Araujo
Orientadora

“Superar o fácil não tem mérito, é obrigação; vencer o difícil é glorificante; ultrapassar o outrora impossível é esplendoroso”.

(Alexandre Fonteles)

*Dedicamos esse trabalho ao nosso grande Deus,
doador e mantenedor de nossas vidas e as
nossas queridas mães, Ilda e Julieta.*

AGRADECIMENTOS

Desejamos expressar nossa gratidão a Deus pela vida e pelos talentos que nos concedeu.

Agradecemos de modo especial às nossas famílias, pela compreensão e incentivo.

Agradecemos também a APPJ – Conviver e EFA por ter nos fornecido todas as informações necessárias para a realização desse trabalho

Aos nossos colegas pelas trocas de favores, incentivo, partilha de sofrimentos e de alegrias.

Aos nossos professores e professoras que de uma forma ou de outra nos motivaram e nos deram coragem pra continuar.

De forma especial agradecemos ao professor Marcone Denys pelas dicas tão importantes e incentivo constante.

Agradecemos também a professora Jacy Bandeira por está sempre pronta a tirar nossas dúvidas.

A Ibraim por tão indispensável ajuda com os recursos tecnológicos.

Também somos extremamente gratas, a todos os motoristas que nos deram carona ao longo desses quatro anos.

Enfim, agradecemos a todas as pessoas que de uma forma ou de outra contribuíram para a realização desse trabalho.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Mapa 1 – Território Bacia do Jacuípe.....	26
Foto 1 – Reunião entre as famílias fundadoras da APPJ	32
Foto 2 – Motor-bomba para a irrigação da primeira roça	33
Foto 3 – Reunião de membros da APPJ com o Pe Xavier Nicheli	33
Foto 4 – Máquina enfardadeira da APPJ.....	39
Foto 5 – Criação de abelha	41
Foto 6 – Criação de cabras	41
Foto 7 – Produção de artesanatos	41
Foto 8 – Produção de doces, salgados, polpas e compotas	41
Foto 9 – Banda de Pífaro	45
Foto 10 – Apresentação de Quadrilha.....	45
Organograma 1 – Organograma da APPJ	38
Gráfico 1 – Famílias atendidas por município	38
Gráfico 2 – Grau de dificuldade para implantação dos projetos.....	42
Gráfico 3 – Grau de dificuldade par execução dos projetos.....	42
Gráfico 4 – Acompanhamento técnico.....	43
Gráfico 5 – Avaliação do acompanhamento técnico	43
Gráfico 6 – Contribuição na educação	44
Gráfico 7 – Contribuição na geração de emprego e renda.....	44
Gráfico 8 – Percentual de entrevistados que conhecem os projetos executados pela APPJ.....	47
Gráfico 9 – Como é percebida a contribuição da APPJ pela sociedade	48
Gráfico 10 – Grau de influencia dos projetos desenvolvidos pela APPJ para o município de Quixabeira	48
Gráfico 11 – Contribuição econômica	49
Gráfico 12 – Contribuição na política	49
Gráfico 13 – Nível sociocultural.....	49

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Índice de desenvolvimento humano do município	27
Tabela 2 – Utilização das terras dos estabelecimentos agropecuário do município	27
Tabela 3 – Cultura do município.....	28
Tabela 4 – Efetivo da pecuária do município.....	28
Tabela 5 – Relações Institucionais e Parcerias Técnicas Financeiras	37

LISTA DE ABREVIATURAS

ABONG – Associação Brasileira de Organizações Não-Governamental
AECOFABA – Associação das Escolas Famílias Agrícolas da Bahia
APPJ – Associação de Pequenos Produtores de Jaboticaba
ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural
COOPES – Cooperativa de Produção da Região do Piemonte da Diamantina
EFA – Escola Família Agrícola
ha – hectare
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano por Município
LBA – Legião Brasileira de Assistência
MEPS – Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo
MER – Maisons Familiares Rurales
ONG – Organização Não Governamental
PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SICCOB COOPERE – Sistema de Cooperativa do Brasil
STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais
TCU – Tribunal de Contas da União

RESUMO

Este trabalho tem como principal objetivo verificar e analisar os impactos sócio culturais, políticos e econômicos dos projetos desenvolvidos pela Associação de Pequenos Produtores de Jaboticaba (APPJ) dentro do município de Quixabeira-BA, fazendo uma abordagem sobre esses respectivos projetos. Nesse contexto, tendo em vista o meio onde está inserida – o semi-árido nordestino, com suas especificidades – os projetos desenvolvidos pela APPJ chamam a atenção por valorizar a importância do trabalho realizado pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais do município.

Palavras chave

Associativismo; cidadania; desenvolvimento; semi-árido; trabalhador rural.

ABSTRACT

This work has as main goal verify and analyze the impacts sociocultural, political and economic of projects developed by Association of Small Farmers of Jaboticaba (APPJ) within the municipality of Quixabeira-BA, making an approach on these respective projects. In this context, in view of the environment where it is inside – the semi-arid northeast, with its special features – the projects developed by APPJ drew attention by highlighting the importance of the work performed by employees and rural workers of the municipality.

Keywords

Associations; citizenship; development; semi-arid; rural worker.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
1. O ASSOCIATIVISMO NO BRASIL: SUA IMPORTÂNCIA NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NO SEMI-ÁRIDO NORDESTINO	15
1.1. Origem e evolução das ONG's	15
1.2. ONG e Associação: diferença conceitual	19
1.3. O associativismo no Nordeste	21
2. TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS: QUESTÕES SÓCIO-ECONÔMICA-GEOGRÁFICAS DO MUNICÍPIO DE QUIXABEIRA-BA	26
2.1. Questões econômicas e sociais	27
2.2. O homem do campo e suas problemáticas: do Brasil Colônia aos dias atuais ..	29
2.3. APPJ (Associação de Pequenos Produtores de Jaboticaba): do surgimento aos dias atuais	31
2.3.1. Histórico	31
2.3.2. EFA's: surgimento e importância para a educação do homem do campo.....	33
2.3.3. Evolução da APPJ.....	36
3. APPJ: ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	40
3.1. Projetos desenvolvidos pela APPJ: visão dos sócios.....	40
3.2. Projetos desenvolvidos pela APPJ: visão dos parceiros e da sociedade	45
CONCLUSÕES	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	52
APÊNDICES	54
Apêndice A – Questionário aplicado aos sócios da APPJ.....	55
Apêndice B – Questionário aplicado aos membros da sociedade em geral.....	56

INTRODUÇÃO

“A memória envolve o indivíduo e se confunde com o tempo”

(GODOI, 1998).

A história de Quixabeira¹ remete ao ano de 1943, quando o senhor Martinho Pereira Lima junto com alguns amigos resolveram criar um povoado nas terras da fazenda Lagoa das Quixabeira município de Jacobina-BA pertencentes ao senhor Zé de Belau seu sogro, que não gostou da nova idéia, indo embora deixando o caminho livre para que seu genro concretizasse esse sonho.

A fazenda ficava à margem da estrada que ligava o município de São José do Jacuípe à Itapeipú, Jacobina-BA, rota de tropeiros que vinham do sul da Bahia transportando mantimentos. O que facilitaria o pouso dos mesmos e fortaleceria o comércio da região.

No início, o senhor Martinho limpou a área e construiu a primeira casa, com um “ponto de venda”². Aos pouco, seus amigos também construíram suas casas e seus pontos de vendas fazendo assim, aumentar a população.

Em 1968, o município de Serrolândia-BA é emancipado politicamente e desmembrado do município de Jacobina-BA, e Quixabeira é anexada ao novo município. Alguns anos depois, final da década de 1970, o vereador Raulindo de Araújo Rios apresenta um projeto na Câmara Municipal de Vereadores de Serrolândia para elevar o povoado de Quixabeira à condição de distrito. O que vem a acontecer em 1978. O mesmo vereador, junto com outros membros da comunidade começou um movimento para emancipação política de Quixabeira junto a Assembléia Legislativa da Bahia. O plebiscito foi realizado e a população disse sim a emancipação. Assim, no dia 13 de junho de 1989, sob a Lei 9019/89, Quixabeira é desmembrada do território de Serrolândia, tornando-se município 46 anos após sua fundação.

¹ O nome Quixabeira originou-se da planta do mesmo nome, muito comum na região. É uma *Brumelia Sertorum*, armada de espinhos que surge na caatinga.

² Botequim do interior.

As famílias de trabalhadores e trabalhadoras rurais constituem-se como uma unidade de produção que sofre a influência da economia tanto a nível local como global e não se ocupa apenas da agricultura. Ocupam-se também de outras atividades como: pecuária, pesca, extrativismo, artesanatos, etc. além, do trabalho assalariado de alguns membros da família, ou também o que acontece com a maioria das famílias, vendem uma parte da produção para complementar a renda.

Toda essa versatilidade varia muito de uma região para outra. No caso do Nordeste dependem muito da história econômica do lugar, do que foi herdado dos antepassados. Também, dependem principalmente das dificuldades ou facilidades que essas famílias encontram para produzir e se sustentar. Ou seja, no Nordeste dependem principalmente das condições ambientais.

A produção familiar é tradicionalmente inserida em uma realidade local onde, os conhecimentos técnicos de produção são transmitidos de geração para geração pelas comunidades.

Nesta temática, o presente trabalho, intitulado de **“Impactos sócio culturais, políticos e econômicos da Associação de Pequenos Produtores de Jaboticaba (APPJ) para o município de Quixabeira-BA”** tem como finalidade, investigar de que forma os projetos desenvolvidos pela APPJ contribuem na construção da cidadania das pessoas envolvidas e se esses projetos modificam a realidade da população do município de Quixabeira-BA. Para o alcance dos objetivos acima apresentados, será necessário:

- Analisar as questões sócio econômicas do município de Quixabeira;
- Enfatizar a problemática enfrentada pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais;
- Elencar os projetos desenvolvidos pela APPJ, analisando a sua contribuição para o desenvolvimento das famílias envolvidas e conseqüentemente para o município.

A concepção metodológica da pesquisa é qualitativa e quantitativa através de um enfoque epistemológico com característica no trânsito-dialético. Utilizamos o tipo de

amostragem não probabilística intencional, porque a intenção é verificar de que forma os projetos desenvolvidos pela APPJ beneficiam as pessoas envolvidas e traz desenvolvimento para o município, com um desvio padrão 2.

Utilizamos também entrevistas estruturadas fechadas para os sócios e membros da sociedade em geral e entrevistas estruturadas abertas para a direção da APPJ e parceiros.

Esse trabalho foi realizado na Escola Família Agrícola (EFA), no Projeto Conviver, no povoado de Jaboticaba e na sede do município de Quixabeira com os trabalhadores e trabalhadoras rurais que fazem parte da associação e demais pessoas da sociedade.

No que tange a organização dos capítulos, estes serão apresentados na ordem abaixo:

I – O associativismo no Brasil: sua importância na construção da cidadania no semi-árido Nordeste.

II – Questões geográficas e socioeconômicas do município de Quixabeira e a problemática enfrentada pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais.

III – Análise e discussão dos resultados.

Para concluir, apresenta-se o resultado da pesquisa através das considerações de tudo que foi visto, ouvido e pesquisado durante o desenvolvimento deste trabalho.

1 O ASSOCIATIVISMO NO BRASIL: SUA IMPORTÂNCIA NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA NO SEMI-ÁRIDO NORDESTINO

1.1 Origem e evolução das ONG's

A busca de alternativas diante dos efeitos excludentes do capitalismo e a incapacidade demonstrada pelo Estado em assumir suas funções levou a sociedade a adotar modelos baseados na associação econômica entre iguais, e a criar políticas sustentáveis que auxiliassem no processo de desenvolvimento de determinados locais. Assim, a teoria associativa assentada nos postulados de uma economia de mercado baseadas em princípios não capitalistas de cooperação e na crítica ao Estado centralizador ganha espaço e destaque na sociedade ao longo dos anos. Sobre isso, Boaventura afirma que: “Desde as suas origens, no século XIX, o pensamento associativista e a prática cooperativa desenvolveram-se como alternativa tanto ao individualismo liberal quanto ao socialismo centralizado” (2002, p.53).

No Brasil, essas políticas tornaram-se reais a partir da década de 1970, auge da Ditadura Militar, com o surgimento das ONG's. Responsável por criar no país um vazio político institucional a Ditadura Militar provocou também o desmantelamento de instituições públicas e de toda forma de entidades da sociedade civil. Segundo Stiel, esse vazio vai aos poucos sendo ocupado “[...] por grupos de base, pouco estruturados, quase sempre de caráter político-religioso, que surgem nas periferias das cidades e no campo como canais de demandas das classes populares”.(2007, p. 1).

A partir da década de 1980, a nova conjuntura política de abertura e redemocratização tira da semi-clandestinidade os centros e institutos existentes além de permitir aos exilados políticos a volta ao país, que trouxeram em suas bagagens relações principalmente políticas com as agências de cooperação internacional que, convergindo com as experiências de base dos que aqui ficaram faz explodir os Movimentos Sociais no Brasil. Movimentos esses, formados por

diferentes minorias que a partir de questões que transcendem os interesses do Estado conseguem afirmar suas identidades.

Depois do crescimento na década de 1980, as ONG's nos anos de 1990 tornam-se visíveis para a maioria da população, já que seu crescimento e diversificação nessa década estão fortemente relacionados ao contexto econômico, social e político que o país passava. Esse contexto econômico de globalização fez com que as ONG's retirassem do Estado o monopólio das funções públicas e muitas delas passam a assumir a ação pública como razão de ser. Isso acabou por provocar a valorização das ONG's e ao mesmo tempo a desvalorização do Estado como ator regulador dos processos sociais (STEIL, 2007).

Nesse contexto, as ONG's passaram a atuar em nome da cidadania e da ética, posicionando-se dentro de um universo que inclui movimentos sociais, associações e formas tradicionais de ajuda mútua. Nesse sentido, Santos afirma: “[...] as condições econômicas, políticas e sociais contemporâneas são propícias ao ressurgimento do pensamento associativo e das práticas cooperativistas” (SANTOS, 2002, p.41).

Amparada na atuação em nome da cidadania o crescimento das ONG's no Brasil deu um salto extraordinário. Segundo artigo de João Domingos encontrada no site (<http://www.estado.com.br/istoé/edições/1975/artigo60259-1.htm>) em 2002 o país possuía 22 mil ONG's, esse número pulou para 260 mil em 2006. Junto com esse extraordinário crescimento aumentaram também as irregularidades e os desvios de recursos, principalmente públicos, destinados a essas entidades. Isso ficou constatado em uma auditoria feita pelo Tribunal de Contas da União (TCU) que detectou que mais da metade dos recursos destinados as ONG's fiscalizadas tinham sido desviados.

Todas essas irregularidades colocam em xeque a credibilidade das ONG's que, muitas vezes são criadas com um único objetivo de desviar recursos, ou as vezes simplesmente nem mesmo existem. Por isso, existem vários posicionamentos contrários à atuação das ONG's no Brasil, inclusive com várias denúncias.

Também ainda para o TCU (2005) a maioria das ONG's tinham problemas graves de falta de qualificação técnica e administrativa, inexperiência para receber recursos, metas vagas e prestação de contas confusas.

Para tentar reverter essa situação medidas estão sendo tomadas como a criação da CPI das ONG's que tem como autor o senador Heráclito Fortes (DEM – PI), e a criação de regras criadas pelo Ministério do Planejamento para a assinatura de convênios que visem inibir essas irregularidades.

Mas, não se deve, no entanto generalizar as ONG's como entidades que serve apenas para o desvio de recursos e deixe de lado seu objetivo de buscar soluções para os problemas da sociedade. Existem diversas ONG's e associações que fazem um trabalho sério e cumprem sua função e conseguem realmente desenvolver um trabalho responsável e interessado unicamente em garantir o pleno exercício da cidadania e conseqüentemente melhorar a vida das pessoas.

É importante mencionar que a dinâmica política das três últimas décadas acabou por resultar na elaboração de uma nova institucionalidade democrática ainda em construção e permeadas por estruturas de desigualdade que reflete na gramática associativa, segundo qual Ganança (2006) afirma:

O Estado brasileiro não só passou a reconhecer institucionalmente a plena liberdade associativa, mas também estimulou um novo papel protagonista das associações civis e demais organizações da sociedade civil, dentro do nosso sistema político. A saber, o papel de exercer democraticamente o controle social das políticas públicas, assim como influenciar a sua elaboração e configuração. Reconhecidas como atores políticos legítimos dentro de nosso sistema políticos, as organizações da sociedade civil, em especial as associações, passam a ocupar outros lugares institucionais na cena democrática nacional (2006, p.37).

Para a teoria democrática liberal o associativismo “[...] teria uma função essencial à manutenção e estabilidade do sistema político, ao possibilitar a agregação de interesses individuais e a sua expressão na esfera pública” (GANANÇA, 2006, p. 15). Uma vez que essas instituições referem-se a um espaço de atuação pública que não pertence ao Estado, é importante ainda ressaltar que uma sociedade democrática é uma sociedade igualitária, sustentável e com indivíduos livres.

Cabe ainda acrescentar que o associativismo como também outras expressões podem ser usadas para justificar concepções de democracia já que segundo Demo,

O associativismo significa o processo de luta e conquista por parte dos desiguais, no sentido de introduzir mudanças profundas nas estruturas vigentes de desigualdade social, começando por quebrar na raiz a ideologia dominante, segundo o qual as desigualdades históricas seriam naturais, inamovíveis, de um lado, e as mudanças seriam feitas de cima para baixo, em particular através do Estado, de outro lado. Associação quer dizer então, que o respectivo grupo deixa de entregar o seu destino a outro, e o assume em suas mãos, porque, ao reconhecer-se especificamente usurpados pelos iguais, reconhece ademais que qualquer solução possível tem como peça principal e insubstituível o próprio grupo. Por isso, pretende usar o Estado, não a ele submeter-se (1992, p.75).

Assim, as associações caracterizam-se por dar suporte a pessoas que muitas vezes são isoladas ou excluídas dos meios, principalmente de produção de renda, que vêem no associativismo um desenvolvimento alternativo que favorece na elaboração de estratégias que não dependem do poder político local e principalmente seja um instrumento de justiça, lealdade e ética, trazendo aos associados melhores perspectivas de vida.

É verdade que o associativismo correlaciona-se muito estreitamente com a cidadania, uma vez que a associação pode ser considerada como a origem dos direitos sociais. Segundo Demo “[...] este significa o processo pelo qual às pessoas descobrem e efetivam as condições básicas para um projeto próprio de desenvolvimento. Significa também o reconhecimento de que a cidadania individual tem seu lugar, mas a competente é a organizada coletivamente” (1992, p. 73). Assim, é importante ressaltar que ações associativas proporcionam tanto contribuições na condição de vida como também na forma de pensar e agir das pessoas.

Qualquer análise que se faça a respeito de associativismo faz necessário também se fazer uma análise sobre cidadania. Portanto a criação de associações tem um impacto principalmente emancipatório na vida daqueles que participam. Deste modo, é cada vez mais comum a união de grupos que buscam cada vez mais integração a fim de conquistar um bom nível de participação e convivência que contribuam para a criação de uma sociedade mais justa e também com ganho para todos.

A sociedade brasileira que vivenciou nos últimos tempos mudanças na forma de vida da população, vivenciou também mudanças no modo de pensar conseqüentemente na forma de agir das pessoas. Essas mudanças podem ser percebidas através da participação cidadã definida por Teixeira (2001) como,

[...] processo complexo e contraditório entre sociedade civil, Estado e mercado, em que os papéis se redefinem pelo fortalecimento dessa sociedade civil mediante atuação organizada dos indivíduos, grupos e associações. Este fortalecimento dá-se, por um lado, com a ascensão de deveres e responsabilidades políticas específicas e, por outro, com a criação e exercício de direitos. Implica também o controle social do Estado e do mercado, segundo parâmetros definidos e negociados nos espaços públicos pelos diversos atores sociais e políticos (2001, p.30).

Cabe ressaltar que o processo emancipatório que idéias associativas causam nas pessoas depende fundamentalmente do interessado. Essa emancipação será vista como o suporte para a concepção e elaboração de projetos que produzam desenvolvimento e que contribuam para amenizar a pobreza social imposta, produzida e até cultivada por um grupo de privilegiados com a estratégia de manutenção e produção de vantagens fortemente cultivada pelos grupos dominantes. Assim, em resposta a tão forte desigualdade, a união da sociedade civil busca meios através da participação cidadã utilizando-se não apenas de mecanismos institucionais já disponíveis, mas criam e articulam outros mecanismos e canais que se legitimam pelo processo social (TEIXEIRA, 2001).

É muito importante esclarecer que o associativismo brasileiro se classifica em vários campos, pois ele expressa a grande pluralidade e as possibilidades criativas que são próprias da nossa sociedade civil tão culturalmente diversificada.

1.2 ONG e Associação: diferença conceitual

Para Delgado (2005), as ONG's são Organizações Não-Governamentais criadas pela sociedade civil para auxiliar o Estado na construção de seu objetivo mais importante: garantir o pleno exercício da democracia (2005, p.1), tendo como

principal finalidade fiscalizar os atos do Estado promovendo objetivos comuns de forma que não gere lucro.

Já as associações podem ser definidas como:

[...] uma forma jurídica de legalizar a união de pessoas em torno de seus interesses e que sua constituição permite a construção de condições maiores e melhores do que as que os indivíduos teriam isoladamente para a realização de seus objetivos.
(www.sebraemg.com.br).

O capítulo I artigo 5º dos direitos e deveres individuais e coletivos da Constituição Federal de 1988, reserva cinco incisos sobre a associação no Brasil:

XVII – é plena a liberdade de associação para fins lícitos, vedada a de caráter paramilitar;

XVIII – a criação de associação e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento;

XIX – as associações só poderão ser compulsoriamente dissolvidas ou ter suas atividades suspensas por decisão judicial, exigindo-se, no primeiro caso, o trânsito em julgado;

XX – ninguém poderá ser compelido a associar-se ou a permanecer associado;

XXI – as entidades associativas, quando expressamente autorizadas, têm legitimidade para representar seus filiados judicial ou extrajudicialmente;
(http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituição/Constituição.htm)

Ainda sobre as associações o Código Civil brasileiro no capítulo II artigo 53 diz:
Artigo 53 – Constitui-se as associações pela união de pessoas que se organizam para fins não econômicos. (http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/LEIS/2002/1.10406.htm).

Percebe-se assim que a legislação brasileira não tem uma definição do que venha ser as ONG's, restringindo-se apenas a definir o termo associação. Portanto, juridicamente toda ONG é uma associação civil já que amparada no artigo 53 do Código Civil citado acima as ONG's se classificam pela união de pessoas com fins não econômicos. Isso não quer dizer, porém, que toda associação civil ou fundação é uma ONG.

Segundo Bueno (2002, p.48) “existe uma confusão conceitual do que sejam os variados tipos de associações públicas”. A Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais - Abong diferenciam as Organizações da Sociedade Civil de acordo com seu formato, formalização, fim e setor, o que não esclarece muita coisa.

No site www.ambientebrasil.com.br (apud BUENO, 2004) é encontrada as seguintes diferenciações do que seria ONG e associação.

ONG – Organização Não-Governamental: Normalmente são iniciativas de pessoas ou grupos que visam colaborar na solução de problemas da comunidade, com a mobilização, educação, conscientização e organização de serviços ou programas para o atendimento de suas necessidades. Toda Organização da Sociedade Civil sem fins lucrativos é uma ONG. Em função da falta de conhecimento por parte de seus fundadores, eventualmente algumas delas adotam nomes não compatíveis com sua modalidade jurídica.

Associação – Possui o mesmo sentido da palavra sociedade, porém designa uma entidade sem fins lucrativos. É toda agremiação ou união de pessoas com um objetivo determinado, podendo ser este beneficente, científico, artístico, literário, ativista, social, entre outros. É forma característica de entidades do Terceiro Setor [...].

Dessa forma percebe-se que ainda não há uma diferenciação clara do que seria ONG's, e o que seria associação, nem por parte da legislação brasileira, nem por parte da própria Abong que também não possuem uma diferenciação clara e encontra dificuldades para fazer essa definição.

1.3 O associativismo no Nordeste

Dando um enfoque ao Nordeste, a presença dos seguimentos associativos é muito forte e segundo Teixeira,

[...] tem presença marcante em municípios do interior onde a estrutura do poder local apresenta-se mais impermeável a mudanças e os movimentos sociais são mais frágeis e mais reprimidos pelo poder das elites tradicionais, atuando, sobretudo, nos direitos de crianças e adolescentes, desenvolvimento rural, meio ambiente e gênero” (2001, p.171).

Essa presença marcante citada por Teixeira tem preponderância de associações comunitárias e de moradores e associações de produtores rurais, que tem como característica a ação coletiva de base comunitária, voltada principalmente a atender as reivindicações de direitos básicos e a formas de organização do trabalho que contribua diretamente na geração de renda e que atenda essencialmente as áreas rurais através das associações de produtores rurais.

Para Fischer “[...] os movimentos sociais seriam reações ao desmoronamento de um dos aspectos principais do sistema social quando as instituições públicas são incapazes de operacionalizar os ajustes necessários” (1993, p.136).

Reforça-se a idéia de que os movimentos sociais, enfocando o caso nordestino, surgem como resposta ao descaso do poder público para com os cidadãos.

Esse modelo de associativismo utilizado principalmente no Nordeste, voltado para o desenvolvimento e facilitação de atividades produtivas, como as associações de produtores rurais, vem cada dia mais ganhando destaque e importância na sociedade brasileira. Segundo dados do IBGE/Ipea, esse tipo de associação corresponde a 9% do universo associativo brasileiro. Isso também significa que nos últimos anos as associações de produtores rurais demonstrou o maior crescimento registrado em um campo associativo. Do ponto de vista de Boaventura

[...] movimentos sociais populares, tanto no campo quanto nas cidades, têm reivindicado a ação direta, legal ou ilegal, para promover o acesso das classes subalternas à recursos como a terra e a habitação, que permitam a estas empreenderem atividades de produção alternativas (2002, p.50).

Pode-se, portanto, considerar o associativismo produtivo como uma organização social não capitalista que tem suas ações voltadas para o desenvolvimento daqueles que são excluídos pelo capitalismo globalizado. Porém, segundo Boaventura, essas organizações são “[...] extremamente frágeis quando tende a enfrentar, sozinhas, a concorrência do setor capitalista e condições políticas desfavoráveis” (2002, p.67). Por isso, é de fundamental importância a existência de redes de apoio mútuo, pois, o associativismo produtivo pode ser tratado como uma nova forma de relação de trabalho que busca a inclusão e a solidariedade, ou seja, que cultive o potencial

democrático educativo e participativo das pessoas. Essa relação de trabalho deve proporcionar um desenvolvimento sustentável que tenha capacidade de permanecer ao longo do tempo.

O pensamento e a prática associativa têm ao longo dos tempos representado um desafio não apenas se reportando à questões políticas, mas também por ter como objetivo renovar a tarefa de criar alternativas econômicas apoiadas na participação cidadã que, segundo Teixeira “[...] é o processo social em construção hoje, com demandas específicas de grupos sociais, expressas e debatidas nos espaços públicos e não reivindicadas nos gabinetes do poder [...]” (2001, p.32). Essa idéia de desenvolvimento alternativo apoiada na proposta de participação cidadã, é constituída por múltiplas análises e propostas que se constituem essencialmente como forma de promover melhores condições de vida para a população, e na crítica a globalização capitalista.

Por esta razão, o caráter coletivo de desenvolvimento organizado de baixo para cima gera um processo de construção do poder comunitário que para Boaventura “[...] pode criar o potencial para que os efeitos das iniciativas econômicas populares atinjam a esfera política e gere um círculo virtuoso que contrarie as causas estruturais da marginalização” (2002, p.47).

Esses efeitos das iniciativas econômicas mencionados por Santos, trazem na maioria das vezes mudanças não só para as pessoas diretamente envolvidas, pois, é a partir dessas ações e seus efeitos que também ocorrem mudanças em outras esferas da sociedade. Mudanças positivas na qualidade política da sociedade civil que por fim vai fornecer subsídios para que também ocorram mudanças no Estado, pois ainda segundo Santos “Em termos de cidadania, a sociedade é fundante, nunca o Estado” (2002, p.,20). Ou seja, podemos assim perceber que o Estado que temos não pode ser melhor que a sociedade que está por trás, pois é a cidadania que determina a qualidade do Estado.

É importante ainda enfatizar, que o reconhecimento das ONG's no Brasil fizeram com que as mesmas assumissem seu modo de atuação, bem como seu papel social e político, junto a sociedade. Papel esse, que não substitui o Estado, mas organiza-

se de maneira competente capaz de fazê-lo funcionar. Funcionar de forma organizada, que ofereça aos cidadãos os meios básicos para viver.

Desse modo percebe-se que a união de pessoas em associações tem como objetivo a realização de idéias comuns que assumem os princípios do associativismo na busca de soluções para os problemas enfrentados pela sociedade.

Não seria, portanto, difícil entender o porquê da região Nordeste do país possuir o maior número de instituições associativas comparando com as demais regiões. Por ser uma região fortemente diferenciada das demais, dado principalmente o fator climático que influencia diretamente na situação de vida da população, cansados de tanta miséria, vêm na associação uma forma de luta, que pode implicar na promoção de iniciativas e na construção do poder, baseados no comunitário, ou seja, um poder que permite atingir os valores de igualdade e cidadania que de outra forma não seria possível.

É inegável a contribuição política e econômica percebida no país após o surgimento das ONG's. Podemos claramente estabelecer um marco histórico cultural entre o antes e o depois do seu surgimento. Fica claro que à medida que essas organizações vão se fortalecendo acontece também, a superação da pobreza política tão grande no Brasil. Essa superação depende diretamente do processo emancipatório que as pessoas ligadas às várias formas de organizações adquirem quando a elas se associam. Vale lembrar que esse processo emancipatório do cidadão não se restringe somente ao lado político, pois não existe cidadania exclusivamente com organização política. É necessário também, e tem a mesma relevância, o trabalhar e o produzir.

Assim o associativismo ganha importância e destaque, pois consegue introduzir em seus associados não só meios de desenvolvimento sustentável amparados na participação cidadã, mas também,

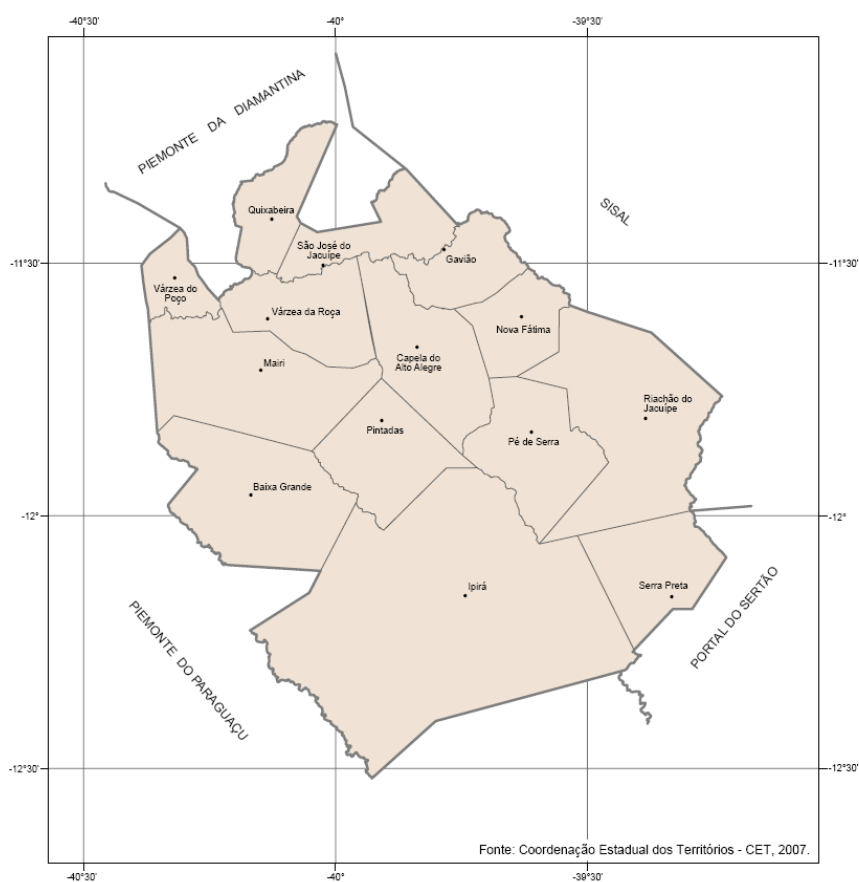
[...] as associações seriam estruturas que evitariam a atomização da vida social, agregando interesses e educando o indivíduo para o convívio social. Nas associações, os indivíduos de uma mesma classe o seguimento social aprenderiam a expressar suas opiniões, ouvir o outro, construir sínteses e posições coletivas, planejar e realizar ações comuns (GANANÇA, 2006, p.19).

Ainda é importante acrescentar que as associações têm muito mais um papel de instrumento de apoio, assessoria e fortalecimento de grupos e movimentos populares que buscam a melhoria essencialmente da situação econômica das pessoas, do que como sujeitas protagonistas de ações políticas.

Sendo assim, a Associação de Pequenos Produtores de Jaboticaba (APPJ) com mais de vinte anos de atuação e com um tecido associativo que se constitui de pequenos produtores rurais, merece destaque por sua atuação e importância no município de Quixabeira-BA.

2 TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS: QUESTÕES SÓCIO-ECONÔMICA-GEOGRÁFICA DO MUNICÍPIO DE QUIXABEIRA-BA

Geograficamente o município de Quixabeira está localizado na Bacia do Jacuípe, no Noroeste da Bahia a aproximadamente 300 km da cidade de Salvador, capital da Bahia. Sua área é de 368 km², com predominância de solos latossolos vermelhos, amarelo álico e coluvionares, granito gnaisse e rochas básicas e ultra básicas situado no Polígono das secas e tendo como vegetação predominante a caatinga. Apresenta uma temperatura média anual de 28° C, com um clima semi-árido e uma densidade pluviométrica de 500 a 800 mm/ano. Sua altitude é de 431 metros acima do nível do mar e suas coordenadas geográficas são 11°25' de latitude Sul e 40°08' de longitude Oeste.



Mapa 1 – Território Bacia do Jacuípe
Fonte: SEI

A hidrografia do município é composta pelas águas da Barragem João Durval Carneiro³, açudes e caldeirões. Essas características configuram o município de Quixabeira como tipicamente rural e com um clima que lhe trás entraves e possibilidades de desenvolvimento.

2.1. Questões Econômicas e Sociais

Por estar situada na região do semi-árido baiano reconhecidamente marcado pela pobreza e fragilidade de seus recursos ambientais Quixabeira apresenta uma realidade socioeconômica que se caracteriza por um sistema produtivo onde predomina as relações de trabalho com grande utilização de mão-de-obra familiar, com técnicas de baixa rentabilidade e pequenos níveis de capacitação. Toda essa problemática se apresenta como um fator limitante do desenvolvimento do município (tabela 1).

Tabela 1 – Índice de desenvolvimento humano do município (2000)

IDHM	IDHM (renda)	IDHM (longevidade)	IDHM (educação)
0,606	0,475	0,627	0,715

FONTE: www.pnud.org.br/atlas/tabelas/index.php

Tem sua economia baseada essencialmente na pecuária e na agricultura de subsistência (tabela 2) realizada em pequenas propriedades de em média 14 ha.

Tabela 2 – Utilização das terras dos estabelecimentos agropecuários do município (2006)

Total de Estabelecimentos	Área Total (ha)	Lavouras (ha)	Pastagens (ha)
1496	21 282	2088	16 555

FONTE: IBGE, Censo Agropecuário (2006)

O município limita-se ao norte com o município de Jacobina, ao sul com São José do Jacuípe e Várzea da Roça, ao leste com Capim Grosso e a oeste com Serrolândia. Fazem parte de sua região administração os povoados de Jaboticaba, Alto do Capim, Baixa Grande, Campo Verde e Ramal.

³ Popularmente conhecida como Barragem de São José do Jacuípe.

Diferente de boa parte dos municípios da região, Quixabeira possui uma população rural superior à urbana, já que segundo o censo 2007 (IBGE) dos 9.348 habitantes do município aproximadamente 63% residem na zona rural. Essa população residente na zona rural sobrevive basicamente da agricultura e da pecuária. Segundo o STTR (Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Quixabeira), atualmente existem 3.273 trabalhadores rurais sindicalizados, chegando a uma média de 90% dos trabalhadores rurais do município. Isso caracteriza a forte atuação do STTR e a consciência gerada pelos movimentos sociais para uma ação mais efetiva no desenvolvimento de políticas públicas voltadas para o meio rural.

Esses trabalhadores se dedicam principalmente ao cultivo de feijão, mandioca e milho, em pequenas áreas configurando uma agricultura familiar de subsistência. (tabela 3).

Tabela 3 – Cultura do município (2006)

Cultura	Área Plantada (ha)	Área Colhida (ha)	Quantidade Produzida (t)	Valor em R\$ (x 1.000)
Batata-doce	2	2	20	8
Feijão (grão)	540	510	327	392
Mamona (baga)	140	140	126	88
Mandioca	720	720	10 080	726
Melancia	18	18	243	64
Milho (grão)	480	445	315	126
Sisal	880	830	768	614
Tomate	5	5	175	105

FONTE: IBGE, Censo Agropecuário (2006)

Na pecuária destaca-se a criação de bovinos, caprinos e ovinos, suínos e aves, sendo esta criação de maior número por ser de pequeno porte e de fácil manejo (tabela 4).

Tabela 4 – Efetivo da pecuária do município (2006)

Total de Estabelecimentos	Bovinos	Caprinos	Ovinos	Suínos	Aves
1498	10 899	1589	6580	1717	20 230

FONTE: IBGE, Censo Agropecuário (2006)

2.2. O homem do campo e suas problemáticas: do Brasil Colônia aos dias atuais

Na sociedade colonial, o modelo de desenvolvimento baseava-se no acesso livre a terra por parte de latifundiários, recebendo doações de grandes extensões de sesmarias⁴, nos lucros obtidos pela super exploração do negro escravo e na venda garantida para o mercado interno europeu.

Não muito diferente disso as atividades agrícolas no sertão nordestino desenvolveram-se de forma medíocre devido à grande distância daquela região do litoral. Essa agricultura ocupava uma pequena área visando o abastecimento da população. Segundo Andrade (1986) “as áreas agrícolas constituíam, porém, pequenas manchas, “ilhas” isolada na vastidão da caatinga” (ANDRADE, 1986 p.155), uma vez que a preocupação existia somente para a criação do gado.

A partir do século XVIII com o aparecimento dos primeiros engenhos de mel e rapadura no sertão surgiram também os lavradores que começaram a desenvolver outros tipos de lavoura além daquelas que eram apenas voltadas para o sustento como: feijão, milho e mandioca e a cana-de-açúcar cultivada para o engenho.

Na atualidade vestígios [...] dessa sociedade agrária na estrutura, escravocrata na técnica de exploração econômica, híbrida do índio – e mais tarde do negro – na composição, (FREYRE, 1992, P.4), são bastante conhecidos pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais. Da casa grande do senhor de engenho, a senzala dos escravos, as famílias que praticavam a agricultura em pequenos lotes, dentro do latifúndio e fora dele. É a monocultura para o mercado internacional e a pequena agricultura dependente do latifúndio (PRONAF, 2002 p. 19).

Esse modelo representa a existência de relação de domínio dos grandes proprietários sobre uma clientela de família de trabalhadores e trabalhadoras rurais marginalizados e ao mesmo tempo no centro de grandes discussões econômicas. Os direitos de acesso a terra para o cultivo eram concedidos ou retirados de acordo com as necessidades da plantação comercial, os trabalhadores não possuíam

⁴ Lote de terra que os reis de Portugal cediam para o cultivo.

qualquer garantia de estabilidade. Apenas nas terras mais distantes do litoral, era possível existir uma agricultura familiar independente vinculada à criação extensiva de gado, no caso o sertão e o agreste nordestino.

No Brasil “a agricultura familiar, sempre ocupou um lugar secundário e subalterno, historicamente, como setor ‘bloqueado’ e impossibilitado de desenvolver suas possibilidades enquanto forma social específica de produção” (WANDERLEI, 1995 *apud* CARVALHO, 2005).

Isso reafirma a origem e permanência do tipo de agricultura desenvolvido pelos trabalhadores e trabalhadoras rurais neste município que encontram em sua história estímulos e ou obstáculos para a busca de um espaço produtivo, para a construção do patrimônio familiar e para estruturação de seu estabelecimento como espaço de trabalho da família, tendo por objetivo, suprir suas necessidades e evitar que seus filhos migrem em busca de melhores condições de vida e trabalho.

A construção desse espaço, na sua maioria, é dada sob uma precariedade estrutural, para implantar um sistema produtivo diversificado inspirado na agropecuária. Diante desse desafio, de uma maneira ou de outra, o agricultor procurou criar caminhos entre as dificuldades que encontravam como: submeter-se a grande propriedade ou isolar-se em áreas mais distantes; depender dos insuficientes resultados do trabalho no sítio ou completar a renda trabalhando no eito de propriedade dos outros; migrar temporariamente ou definitivamente. Como também, viver na instabilidade gerada pela alternância de anos bons e anos ruins devido à seca no sertão nordestino.

Diante desta realidade as mulheres trabalhadoras rurais destacam-se como construtoras e mantenedoras da estrutura familiar e como fortes aliadas na luta pela sobrevivência que, tem em sua história os estigmas entre forte e frágil, rica e pobre, preta e branca, trabalhadora ou sustentada pelo homem em uma sociedade que perduram tradições e costumes antigos e, sobretudo, fortes desigualdades sociais.

Desse modo, é necessário reconhecer o potencial exercido pela mulher trabalhadora rural do nordeste na manutenção desse espaço produtivo, sendo ela a que

permanece na propriedade, que cuida das criações de animais de pequeno porte e da roça e também da casa conseqüentemente da família.

Assim, as dificuldades da evolução econômica do Sertão nordestino foram bem maiores que nas demais regiões porque as dificuldades de comunicação do Sertão com a região da Zona da Mata eram muito grandes além, das áreas favoráveis à agricultura seriam muito pouca devido à falta de umidade.

Atualmente a agricultura familiar é responsável por mais de 70% dos estabelecimentos agropecuário do Brasil (KAGEYAMA E BERGAMASCO, 1989, *apud* CARVALHO, 2005). Isso demonstra a grande importância da agricultura familiar para o país e conseqüentemente retomando a questão de Quixabeira que tem sua economia essencialmente voltada para a produção agrícola.

2.3. APPJ (Associação de Pequenos Produtores de Jaboticaba): do surgimento aos dias atuais

2.3.1. Histórico

Diante de todo esse contexto surge a APPJ (*Associação de Pequenos Produtores de Jaboticaba*): com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade de vida das famílias agricultoras e com a missão de promover ações que resultem no crescimento integral do cidadão. Assim, a história da APPJ está enraizada ao ano de 1982 quando no povoado de Jaboticaba município de Quixabeira-BA um grupo de agricultores formado por três famílias se reúnem para fazer oração e visitas pregando o evangelho a outras famílias, incentivados pela Paróquia São Cristóvão de Capim Grosso.

Entre 1985 e 1986 esse grupo amplia-se para dezoito famílias agora não só com o objetivo das pregações, mas também o de comunitariamente cultivarem plantações para subsistência como, milho e feijão. Também, constrói-se um pequeno salão comunitário e adquirem um motor-bomba para o cultivo de culturas irrigadas.



Foto 1 – Reunião entre as famílias fundadoras da APPJ
Fonte: Acervo particular da APPJ

Então em 1987 constitui-se a Associação de Pequenos Produtores de Jaboticaba (APPJ), entidade jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de consolidar e ampliar ações da comunidade. A primeira atividade social da APPJ depois de constituída foi colocar em funcionamento uma creche mantida com os recursos da LBA (Legião Brasileira de Assistência) que atendia sessenta crianças de famílias de agricultores de baixa renda.

As ações foram se expandindo e em 1989, quarenta e seis famílias associadas à APPJ recebem canoas para transporte e pescaria na barragem João Durval Carneiro e também cabras do projeto rotativo CABRA DE CORDA.

A partir de então as atividades desenvolvidas pela APPJ vão cada vez mais se fortalecendo e expandindo-se. Esse fortalecimento se caracteriza ainda mais quando em 1992 membros da APPJ assumem a direção do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Quixabeira.



Foto 2 – Motor-bomba para irrigação da primeira roça
Fonte: Acervo particular da APPJ.

2.3.2. EFA's: surgimento e importância para a educação do homem do campo

Reconhecida por sua atuação e nível de organização a APPJ é convidada em 1993 pelo Pe. Xavier Nicheli para fundar a Escola Família Agrícola de Jaboticaba (EFA).



Foto 3 – Reunião de membros da APPJ com o Pe. Xavier Nicheli
Fonte: Acervo particular da APPJ.

As Escolas Famílias Agrícolas (EFA) como são chamadas foi inicialmente criadas no município de Lauzum – França em 1935, a partir da iniciativa de três agricultores e um padre que prestando atenção na insatisfação sentida pelos os adolescentes e a

preocupação deles com o meio onde viviam e principalmente com a promoção e com o desenvolvimento local, imaginaram uma formação sem estrutura escolar e sem uma teoria pedagógica. Pretendiam assim, uma formação que permitissem que seus filhos educassem-se, formandos-os e preparando-os para suas futuras profissões. Esta escola responderia as necessidades de seus filhos e estes não se recusariam a freqüentá-la.

Eles criaram empiricamente uma estrutura de formação que seria de responsabilidade dos pais e das forças locais, e do conhecimento que se encontrava na escola e na vida cotidiana.

A nova escola baseava-se na Pedagogia da Alternância, que altera em quinze dias na EFA e quinze dias na família – comunidade, confrontando e praticando os conhecimentos já existentes com os recém adquiridos. Assim, a primeira escola Casas Famílias de Lauzum foi constituída, com associação mantenedora em 1937.

A educação significa tornar o homem mais capaz cada vez de conhecer os elementos de sua situação para intervir nela, transformando-a no sentido de uma ampliação de liberdade, de comunicação e colaboração entre os homens, observando-se assim, um sentido ontológico e antropológico dado à escola, que ultrapassa em muito, a noção meramente metodológica com que normalmente é vista. (SAVIANI, 1998:19)

Os nomes variam conforme o lugar. Maisons Familiares Rurales (MER), Escola Famílias Agrícolas (EFA). Casas Familiares Rurais.

Só após a Segunda Guerra Mundial que as escolas em regime de alternância se desenvolveram. As mesmas contribuíram também com o desenvolvimento e transformação da agricultura da França nas décadas de 1950 e 1960. Essas escolas diferenciadas desenvolviam nem só formação, mas também ações de difusão de técnicas agrícolas. Desta forma houve união entre ensino e formação, tornando um movimento, uma dinâmica conjunta. Abriam também, espaços para as meninas e a elas eram oferecidos cursos de economia familiar e social.

Essas escolas sobre o regime de alternância se inscreveram no quadro de ensino profissional agrícola com um estatuto de escolas privadas reconhecidas pelo Estado

Francês. Porém, só em 1960 uma lei os reconheceu como modalidade pedagógica de alternância. A partir da década de 1960 e 1970 esse modelo pedagógico ultrapassou as fronteiras e se estabeleceu como sucesso na Itália, Espanha, Portugal, e depois foi para o continente Africano, em seguida para a América do Sul e Caribe, e depois para o Oceano Indico, na Polinésia – Ásia e por último para a América do Norte em Quebec no Canadá. Atualmente são aproximadamente mil escolas em todo o mundo.

O sistema pedagógico de alternância no Brasil teve seu início no estado do Espírito Santo em 1968, através do MEPES – Movimento de Educação Promocional do Espírito Santo. Contou com o apoio da Pastoral da Igreja Católica e das lideranças comunitárias no município de Anchieta e com sua ligação com a Itália, sob a liderança do padre jesuíta Humberto Pietrogrande.

Sua consolidação no Espírito Santo se deu a partir da década de 1970 quando ocorreu rápida expansão para outros 22 estados brasileiros, atualmente com cerca de 200 EFA's em funcionamento e outras 40 em implantação.

Na Bahia, as EFA's foram criadas a partir do incentivo do padre italiano Aldo Lucchetta que junto com lideranças locais fundou a primeira EFA da Bahia no município de Brotas de Macaúbas. A criação da primeira EFA incentivou outros municípios a investirem nessas experiências fazendo surgir outras EFA's,

Essa experiência teve uma expansão muito grande fazendo surgir assim à necessidade da criação de uma associação que congregasse todas as associações locais mantenedoras das EFA's. Assim, em 1979 cria-se a AECOFABA (Associação das Escolas das Comunidades e Famílias Agrícolas da Bahia), com a finalidade de prestar serviços de assessoria técnica e pedagógica a todas as EFA's.

A necessidade frente à realidade rural do Brasil gerou essa proposta educacional como opção à educação formal. Os fatores que contribuíram para seu surgimento tiveram relação direta com a economia agrícola baseada na produção de subsistência, na falta de conhecimento de técnicas alternativas para preservação ambiental, no desmatamento com uso do fogo de modo indevido, no cuidado a

preservação do solo, no uso de agrotóxicos, na falta de práticas conservacionistas e na predominância da monocultura que levaram as famílias rurais a uma situação precária, que comprometia o acesso das crianças, adolescentes e jovens a escola formal. A situação se agrava devido à falta de políticas públicas para atender às demandas presentes no campo. Então, a Pedagogia da Alternância veio possibilitar à frequência a escola como realidade possível aos que vivia fora dos centros urbanos.

Cada EFA possui uma associação formada por pais, alunos, e outros agricultores da região para cuidar das questões administrativas, definirem o plano e as estratégias de ação, para contratar professores/monitores e a busca constante de sustentabilidade.

As EFA's são uma tentativa de resposta aos problemas vividos pelo o homem do campo na busca de resgatar e ou construir sua cidadania e valorização da cultura camponesa, promovendo condições necessárias para intervir de forma consciente no processo de transformação da realidade e na construção de um novo modelo de desenvolvimento rural.

A alternância permite que os jovens alterem períodos de formação no ambiente escolar e períodos de práticas, experiências e pesquisas no ambiente familiar – comunidade integrando família e escola num processo contínuo de formação.

2.3.3. Evolução da APPJ

Toda essa atuação da APPJ faz eleger em 1996 o primeiro vereador, José Modesto de Sousa pelo Partido dos Trabalhadores. Logo depois em 1997 membros da APPJ junto com o Pe. Xavier Nicheli criam um projeto de extensão da EFA, o Conviver (Programa de Convivência com o Semi-árido), que inicialmente começa atuando em 20 comunidades de 05 municípios da região. Esse atendimento se dá na assistência técnica e extensão rural, obras de infra-estrutura hídrica, máquina para produção de forragens e aquisição de crédito rural em parceria com o Sicoob-Coopere com recursos de um fundo rotativo.

Tabela 5 – Relações Institucionais e Parcerias Técnicas Financeiras

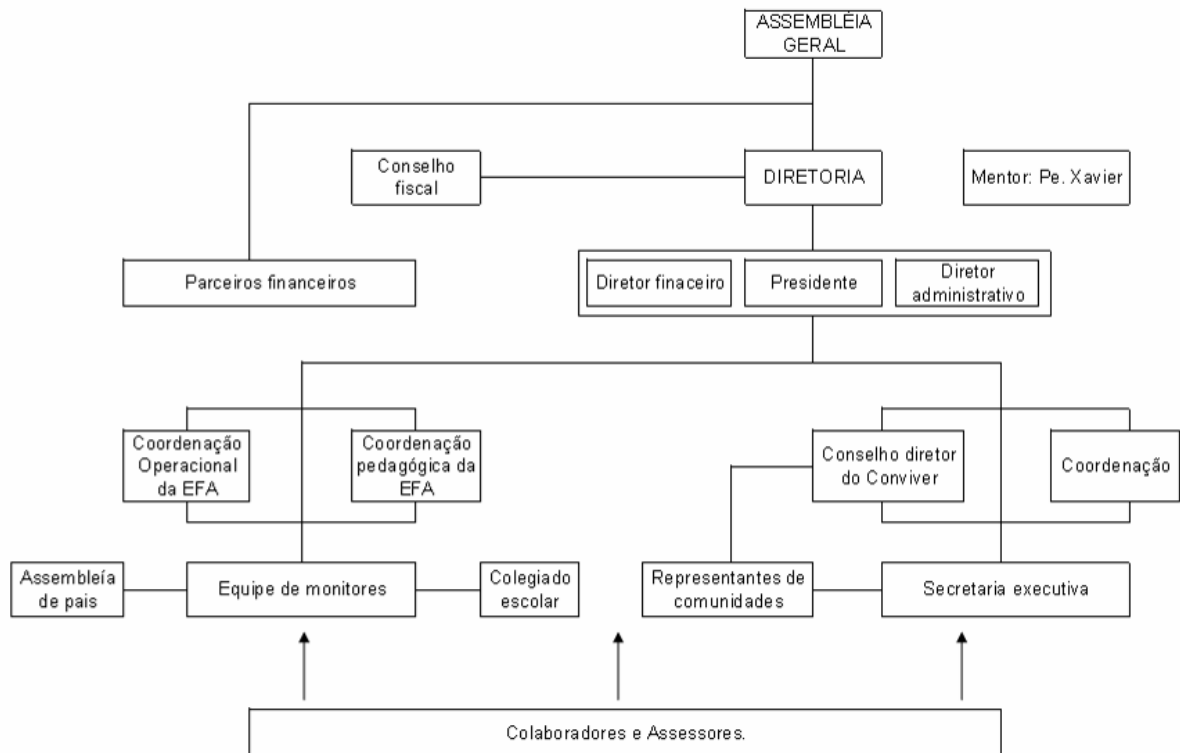
Entidade Parceira	Descrição da Parceria
APAEB	Parceria na realização das atividades de convênios
COOPES	Apoio Comercial
DENOCS	Fornecimento de Alevinos
DISOP	Financiamento de ATER
PROVÍNCIA DE GENOVA	15% - Contrapartida
REPARTE	Rede de 12 Entidades afins em prol da ATER
STTR - Quixabeira	Articulação das famílias, apoio financeiro, gestão e participação
CEI - Itália	Financeiro
GRUPO ÍNDIA - Itália	Financeiro
MAGIS - Itália	Financeiro e Técnico
CESE	Financeiro
MISSÃO JESUITA/ JESLEQ	Mentaliza, apoio financeiro e assessoria espiritual.
MZF - Alemanha	Financeiro
LES AMIS DE PIRAJÁ - Luxemburgo	Financeiro

Fonte: APPJ – Conviver

A APPJ vem ao longo desses mais de vinte anos atuando nem só na implantação de projetos, como também na área da formação e assistência técnica agropecuária.

Com a visão de implantar um modelo de desenvolvimento sustentável para que as famílias da região possam ter uma melhor qualidade de vida a APPJ se organizou e tem como objetivos:

- Auxiliar as famílias agricultoras na racionalização das explorações agropecuárias;
- Promover uma educação formal e informal voltada à realidade das famílias;
- Prestar assistência técnica e dar suporte na produção, beneficiamento e comercialização buscando melhorar a produtividade, a qualidade e renda das famílias envolvidas;
- Incentivar e realizar ações que visem à preservação ambiental e manutenção da cultura regional;
- Prestar serviços que venha contribuir na promoção da inclusão social.



Organograma 1 – Organograma da APPJ
Fonte: APPJ - Conviver

Atualmente, as atividades desenvolvidas pela APPJ - Conviver abrange o município de Quixabeira e mais 07 municípios da região que são: Capim Grosso, São José do Jacuípe, Serrolândia, Jacobina, Várzea da Roça, Miguel Calmon e Filadélfia. Essa atuação se dá através da formação/capacitação do trabalhador, infra-estrutura hídrica com a construção de cisternas e aguadas, barragens e poços artesianos, e do financiamento da produção através de um fundo de Crédito Solidário Rotativo em parceria com Cooperativas de Créditos e a ATER (Assistência Técnica e Extensão Rural).

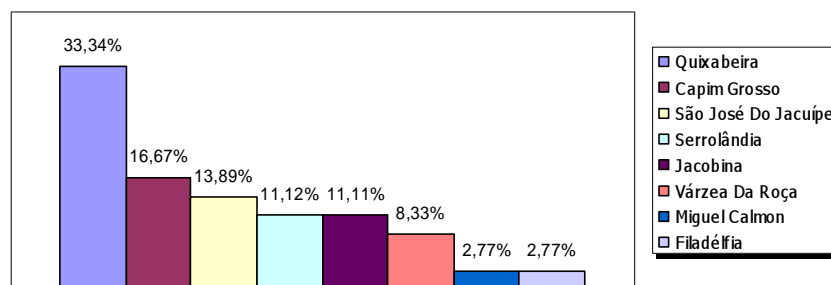


Gráfico 1 – Famílias atendidas, por município (%)
Fonte: APPJ – Conviver

A APPJ - Conviver desenvolve projetos nas áreas de: criação de peixes, cabras e ovelhas, abelhas, galinhas entre outros. Auxilia também o beneficiamento, industrialização e comercialização dos produtos agrícolas além, de apoiar o aproveitamento de recursos disponíveis para a confecção de artesanatos e doces, como também no armazenamento de alimento animal (feno e silagem) feito por 06 máquinas forrageiras que estão à disposição das comunidades,



Foto 4 – Máquina enfardadeira da APPJ
Fonte: Acervo particular da APPJ

Sendo assim, a APPJ se constitui como elemento de criação e manutenção de uma nova forma de participação cidadã na formação do homem e da mulher do campo no município de Quixabeira.

3 APPJ: ANÁLISE E DISCUSSÃO DE RESULTADOS

A partir das pesquisas realizadas faremos a análise dos dados a fim de detectar os impactos sociais, culturais, políticos e econômicos dos projetos executados pela APPJ para o município de Quixabeira-BA.

3.1. *Projetos desenvolvidos pela APPJ: visão dos sócios*

Em resposta ao período histórico que estamos vivendo comandado pelo capital financeiro, os movimentos sociais destacam-se por desenvolver práticas de resistência e tem por referência uma outra evolução dos homens que para Bava e Paulics:

[...] colocar a economia a serviço da sociedade, é construir alternativas de desenvolvimento e de organização social fundadas na solidariedade, na distribuição da riqueza e da renda, na busca da equidade, no respeito aos direitos humanos, na preservação ecológica, na justiça social. (BAVA e PAULICS, 2005. p.44).

Nessa perspectiva a APPJ se torna uma instituição pautada na busca da construção de um novo modelo baseado em experiências inovadoras que nascem de baixo para cima, configurando uma nova forma de governança.

Segundo o Estatuto da Associação de Pequenos Produtores de Jaboticaba artigo 4º das finalidades da associação:

Art.4º Diminuir os problemas locais que afetam a vida da comunidade, através de sua efetiva atuação; (Parágrafo IV).
Mobilizar a comunidade local, integrando-a nas atividades da associação, visando proporcionar o bem-estar coletivo; (Parágrafo VII).

Pensando assim, os projetos desenvolvidos pela APPJ tornam-se uma nova forma de equidade social em que é possível viabilizar a participação cidadã, abrindo espaços que auxiliem na transformação social e na construção de novos paradigmas de desenvolvimento.

Na sua origem segundo Carlos Rodrigues dos Santos, atual presidente da APPJ eles aponta que:

[...] não tinha o coincimento político im primeiro lugar, a gente não era atendido é... os políticos muitas vezes olhava muito os grupos né, pra ver a diferença. [...] a APPJ surgiu pela necessidade dos trabalhadores, ai a gente se riunia e discutimos em círculos bíblicos e que ai havia uma necessidade de se criar um grupo e, se tornou-se a APPJ.⁵

Esse depoimento caracteriza a situação socioeconômica e política em que trabalhadores e trabalhadoras rurais defrontavam cotidianamente.

Atualmente os trabalhadores e trabalhadoras rurais destacam como projetos produtivos: apicultura; criação de cabras e ovelhas; produção de doces, salgados, polpas, compotas etc. e produção de artesanatos.



Foto 5 – Criação de abelhas
Fonte: Acervo particular da APPJ

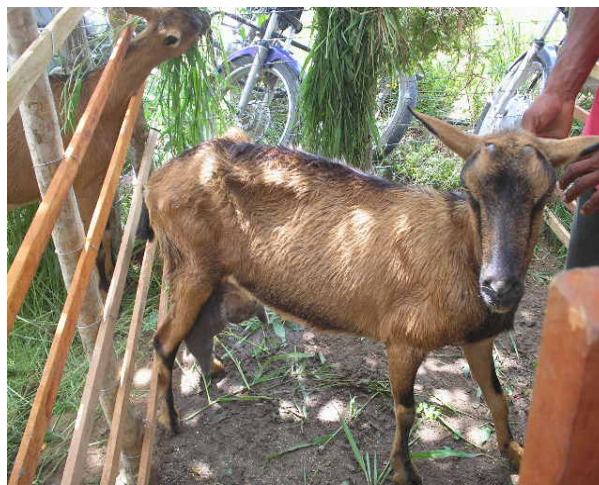


Foto 6 – Criação de cabras
Fonte: Acervo particular da APPJ



Foto 7 – Produção de artesanatos
Fonte: Acervo particular da APPJ



Foto 8 – Doces, salgados, polpas etc.
Fonte: Acervo particular da APPJ

⁵ (Carlos Rodrigues dos Santos. 13/04/08).

Toda relação do homem com a natureza é produtora de técnicas que se foram enriquecendo, diversificando, e avolumando ao longo do tempo... As técnicas oferecem respostas à vontade de evolução dos homens e, definidas pelas possibilidades que criam, são a marca de cada período da história. (SANTOS, 2003, p. 62)

Para os entrevistados as dificuldades para a implantação e execução dos projetos se mostraram iguais: (gráficos 2 e 3). Demonstrando assim, que as dificuldades encontradas se enquadram em sua maioria entre pequena e média, superando os 77%.

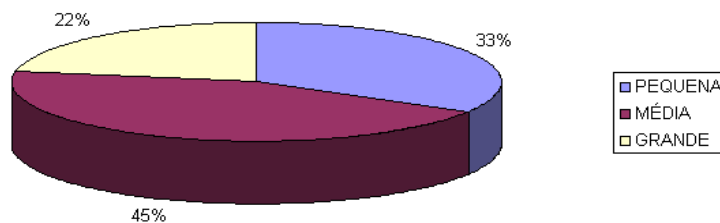


Gráfico 2 – Grau de dificuldade para implantação dos projetos (%)

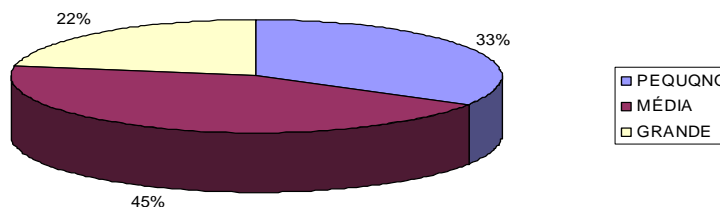


Gráfico 3 – Grau de dificuldade para execução dos projetos (%)

Quanto ao acompanhamento técnico na implantação e execução dos projetos mais de 66% dos trabalhadores disseram que existe esse acompanhamento e o restante disseram que já existiu. Disseram também que esse tipo de acompanhamento se dá através de cursos de capacitação, e acompanhamento técnico direto na propriedade (gráfico 4).

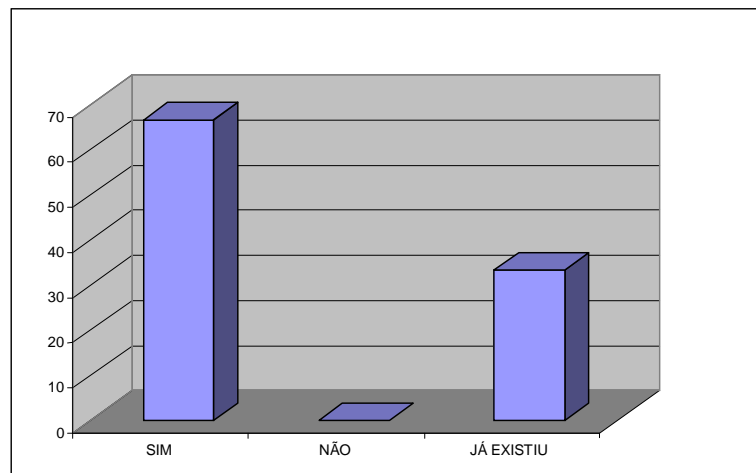


Gráfico 4 – Acompanhamento técnico (%)

Mais de 77% dos trabalhadores consideram o acompanhamento entre bom e ótimo e mais de 22% entre regular e ruim (gráfico 5).

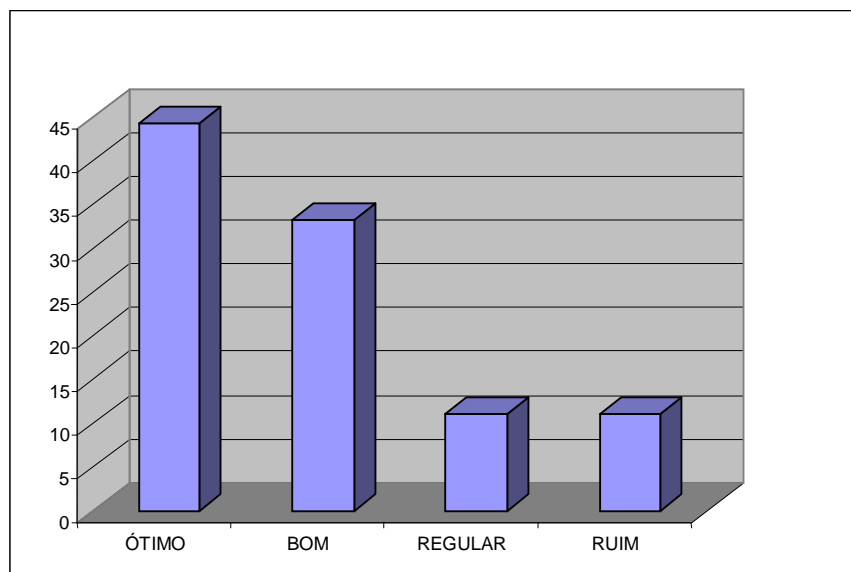


Gráfico 5 – Avaliação do acompanhamento técnico (%)

Esses projetos são desenvolvidos com o trabalho da família, em alguns casos com ajuda de terceiros e na maioria das vezes em mutirão chegando a 55,5% dos entrevistados. Essa forma configura-se no princípio de solidariedade e pelas práticas de cooperação fundadas na idéia de criação de um novo espaço produtivo comprometidos com os cidadãos.

Para os trabalhadores e trabalhadoras rurais, os projetos desenvolvidos pela APPJ têm uma contribuição significativa no que se refere ao item educação, de

responsabilidade da EFA de Jaboticaba (gráfico 6). Já no item geração de emprego e renda a visão da maioria dos associados é que a contribuição varia entre o bom e o regular (gráfico 7).

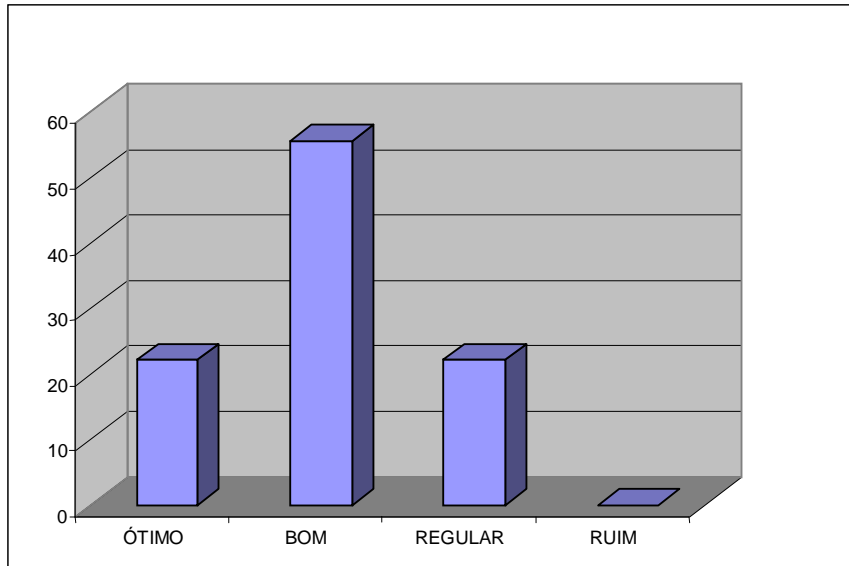


Gráfico 6 – Contribuição na educação (%)

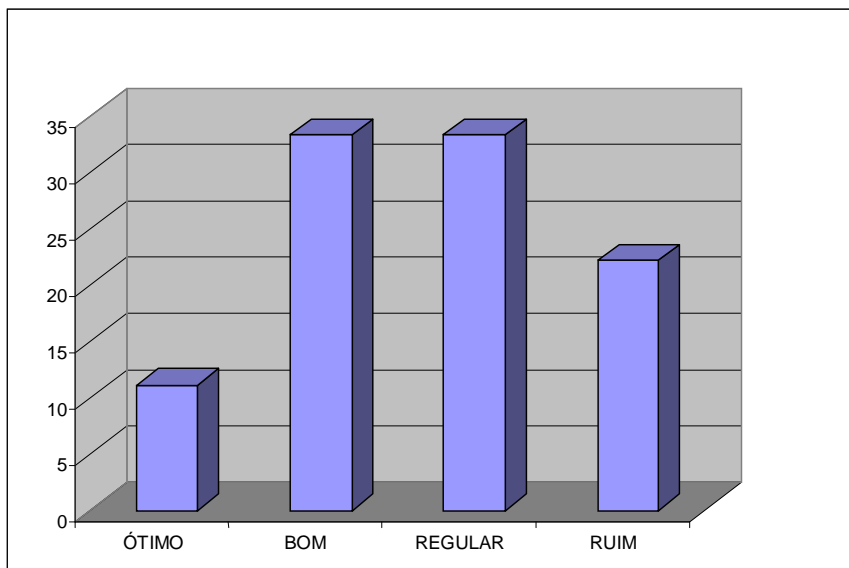


Gráfico 7 – Contribuição na geração de emprego e renda (%)

A culminância de todos esses projetos é exposta anualmente no Festival de Convivência com o semi-árido que acontece desde 1996 e é realizado pela APPJ – Conviver e EFA, abordando temas importantes dentro das problemáticas existentes no semi-árido. E também, é onde as pessoas da sociedade em geral têm a oportunidade de acompanhar o resultado de todo esse trabalho, através das atividades como: apresentações culturais, exposição de artesanatos; concursos de

reprodutores de caprino, quantidade de feno e silagem produzida etc. Para Maria José Oliveira,

*A primeira idéia do Festival foi juntar o povo pra acordar, dizer acorda porque o Nordeste tem jeito, porque a solução não é sair mesmo pra outras cidades, não é deixar o seu lugar. [...] hoje o principal objetivo do Festival, todo ano ele tem um tema, mas é também mostrar os resultados que esses projetos têm trazido para a região.*⁶



Foto 9 - Banda de Pífaro
Acervo particular da APPJ



Foto 10 - Apresentação de Quadrilha
Acervo particular da APPJ

O Festival tornou-se uma tradição, devido sua importância para as comunidades rurais como fica comprovado na fala de Jucélia Dutra:

*Ah... Pra minha vida, tem um significado assim muito importante assim, que eu mim sinto uma pessoa assim realizada de tá presente com as pessoas principalmente do nosso nível né, que as vezes a gente não têm muito esse aconchego familiar, de presença das pessoas né, então a gente representa como família junta mermo as pessoas que se gosta, que se compartilha.*⁷

3.2 Projetos desenvolvidos pela APPJ: visão dos parceiros e da sociedade

Como associação atuante no município a mais de vinte anos, a APPJ vem ao longo desse tempo demonstrando seu papel perante a sociedade quixabeirense. Como parceiro financeiro e articulador das famílias o STTR Quixabeira vê o papel da APPJ – Conviver e EFA para o desenvolvimento sociocultural, político e econômico para o município de Quixabeira da seguinte forma:

⁶ (Maria José Oliveira. Ex-presidente da APPJ. 16/12/08)

⁷ (Jucélia Dutra. Membro do Conselho Fiscal da APPJ. 16/12/08)

Avalio de fundamental importância o trabalho preservação de valores culturais, e ao mesmo tempo buscando novos caminhos tecnológico para o desenvolvimento sustentável com políticas públicas. Vejo a APPJ como mãe das lutas e conquistas na região e principalmente em Quixabeira na atuação dos projetos e geração de emprego e renda, educacional, cultural, estrutural e sóciopolítico.⁸

Diante da afirmação acima “mãe das lutas e conquistas na região e principalmente em Quixabeira” fica demonstrado o papel da APPJ na articulação de projetos, na formação para o trabalhador e trabalhadora rural enfim, na contribuição do desenvolvimento. Isso é comprovado nas entrevistas realizadas com a sociedade em geral, onde 100% afirmam que os projetos contribuem para o desenvolvimento do município. E esta contribuição é percebida através da EFA e dos projetos executados pelo Conviver.

A APPJ como executora de projetos teve a necessidade de uma parceria junto a agências financeiras para facilitar a distribuição dos recursos vindos de entidades nacionais e internacionais. Em Quixabeira essa parceria se firma junto ao Sicoob Coopere,

[...], pois tem muitos recursos vindo de outros países o qual esta entidade tem a responsabilidade de distribuir de forma que possa gerar emprego e renda. Graças a essa parceria firmada entre a APPJ e o Sicoob Coopere, é que de fato veio a tão esperada agencia financeira para nosso município, ao Sicoob Coopere, ficou a parte de administrar esses recursos acompanhando as liquidações e as inadimplências dos projetos liberados.⁹

O apoio recebido é fundamental na existência e manutenção dos projetos desenvolvidos pela APPJ. A ajuda financeira, de várias entidades, principalmente estrangeiras tem contribuído essencialmente na implantação de estrutura hídrica como: construção de cisternas, barragens subterrâneas etc. e no Fundo de Credito Rural.

Para saber se de fato, esse trabalho, desenvolvido pela APPJ está produzindo resultados positivos, é necessário que se faça uma avaliação tanto pelas pessoas que o desenvolve diretamente, como os associados da APPJ, como também pelas pessoas externas, da sociedade em geral como: comerciantes, funcionários públicos

⁸ (Eliezer Costa de Oliveira, Presidente do STTR – Quixabeira. 29/042008).

⁹ (Claudinê Silva Oliveira. Gerente do Sicoob Coopere – Quixabeira. 29/04/2008).

e estudantes. Assim, a primeira pergunta feita à sociedade foi se eles conheciam os projetos desenvolvidos pela APPJ. O gráfico 8 mostra o resultado.

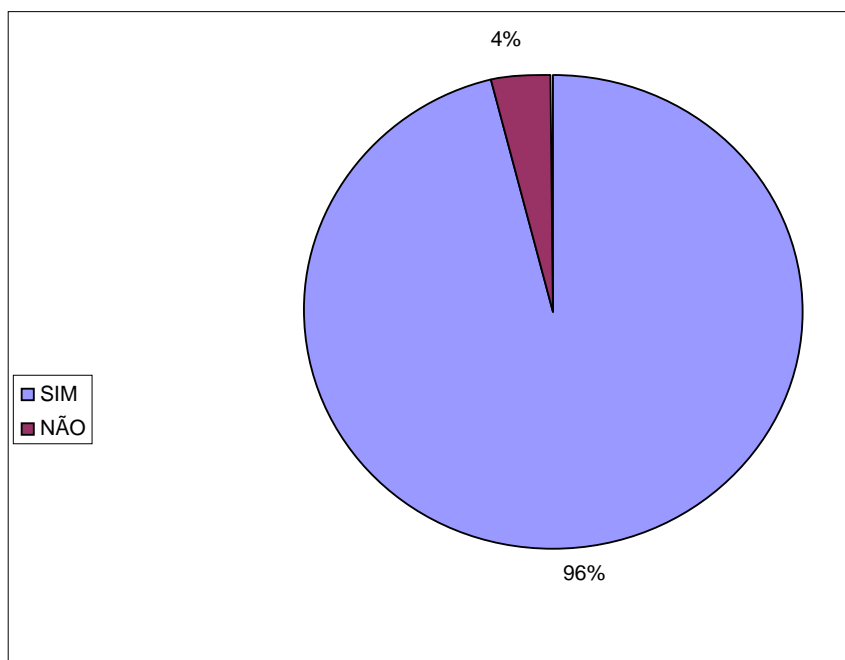


Gráfico 8 – Percentual de entrevistados que conhecem os projetos executados pela APPJ.

Nesse sentido, a parcela da sociedade em geral conhecedora dos projetos desenvolvidos pela APPJ foram unânimes em afirmar que acreditam na contribuição desses projetos para o desenvolvimento do município de Quixabeira. E que essa contribuição é percebida através dos projetos realizados pelo Conviver como: criação de peixes, abelhas, cabras e ovelhas; produção de doces, salgados, compotas e polpas; artesanatos; na realização do Festival de Convivência com o semi-árido, realizado anualmente e aberto a toda a comunidade e na educação diferenciado proporcionada pela EFA de Jaboticaba.

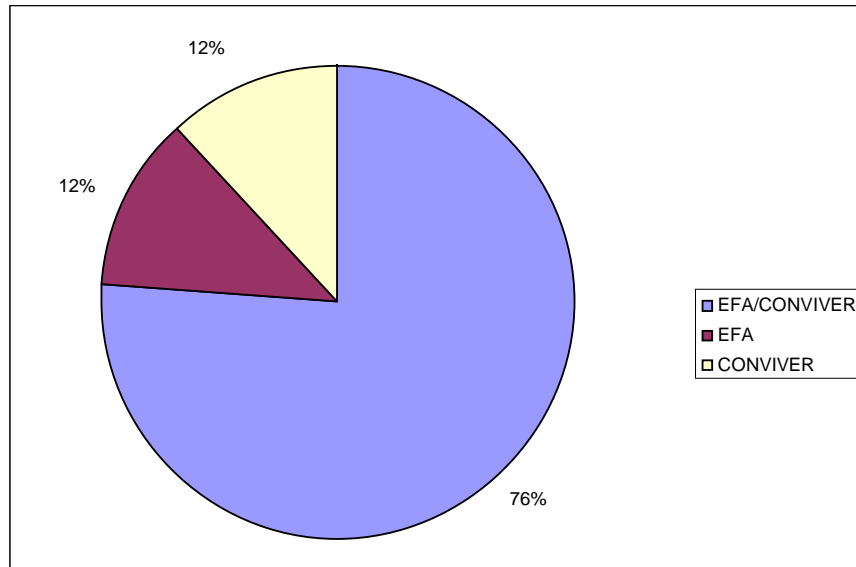


Gráfico 9 – Como é percebida a contribuição da APPJ pela sociedade (%)

Nota-se que a sociedade quixabeirense avalia como positivo a influência desses projetos para o desenvolvimento do município (gráfico 10).

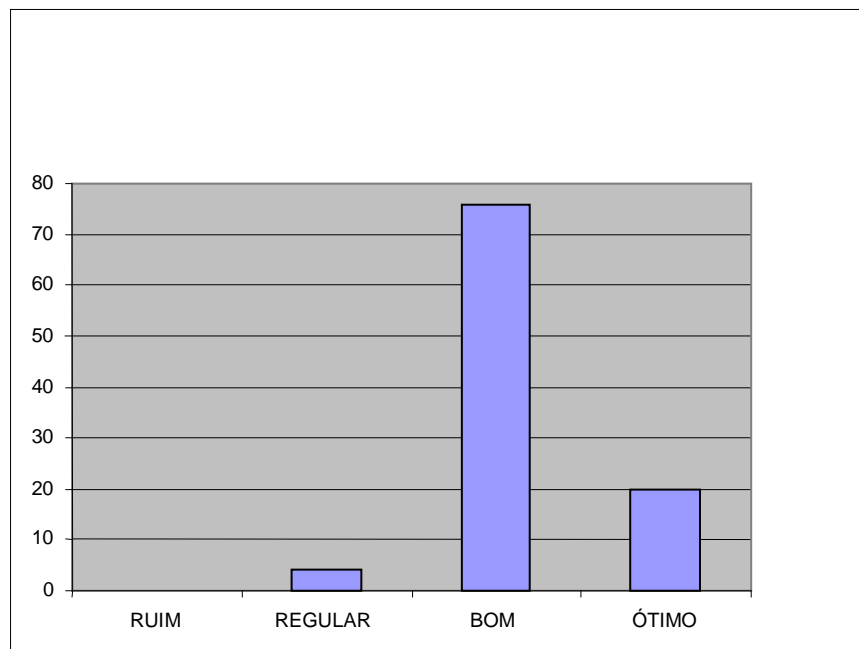


Gráfico 10 – Grau de influencia dos projetos desenvolvidos pela APPJ para o município de Quixabeira

A avaliação feita pela sociedade diante da contribuição dos projetos nos itens sócios culturais, político e econômico se mostra positiva. Porque em todos os itens prevalecem à contribuição média com 68%, 76% e 60% respectivamente em relação às demais. Desse modo, pode-se considerar que esses projetos contribuem de forma efetiva para a construção da cidadania no município de Quixabeira. Percebe-

se também que nas questões sócio cultural 96% transitam entre média e grande representando seu papel em relação da cultura no município. Também em relação às questões econômicas percebe-se que 80% dos entrevistados consideram a contribuição da APPJ e seus projetos entre média e grande (gráficos 11 12 e 13).

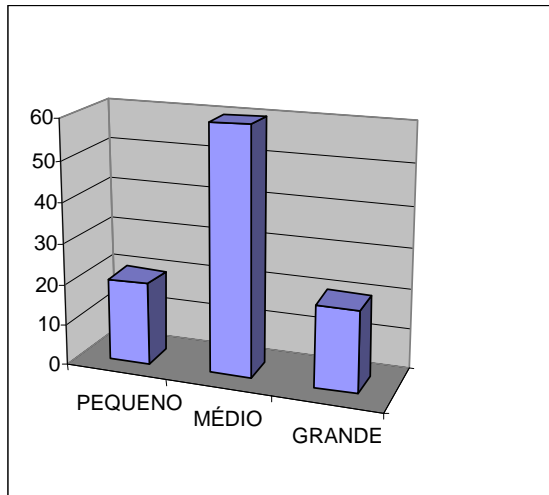


Gráfico 11 – Contribuição econômica (%)

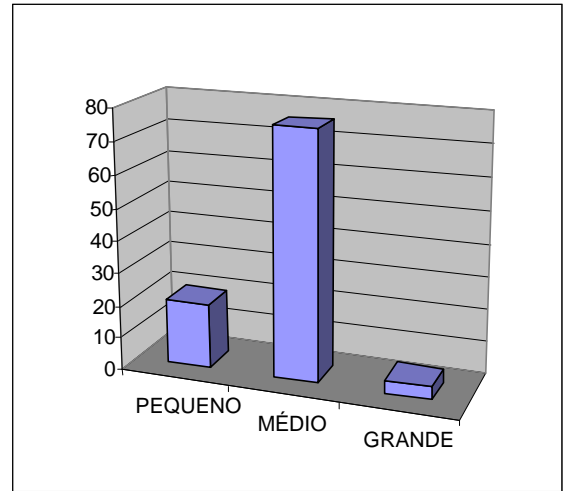


Gráfico 12 – Contribuição na política (%)

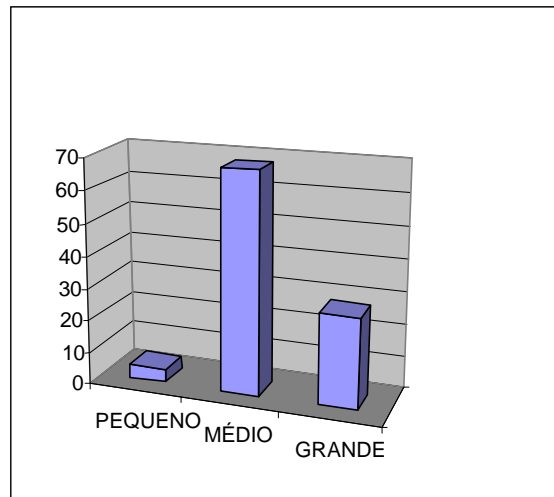


Gráfico 13 – Nível sociocultural (%)

Através dos gráficos percebe-se que a sociedade quixabeirense avalia que os projetos realizados pela APPJ contribuem de forma efetiva para o desenvolvimento de Quixabeira na perspectiva de construir uma sociedade mais justa e igualitária que dê uma nova forma de ser cidadão.

CONCLUSÕES

Sendo a APPJ uma entidade atuante no município de Quixabeira que tem como finalidade contribuir para a melhoria da qualidade de vida das famílias agricultoras e com a missão de promover ações que resultem no crescimento integral do cidadão conclui-se que:

A sociedade quixabeirense conhece os projetos desenvolvidos pela APPJ através da Escola Família Agrícola e do Projeto Conviver e reconhecem sua importância para o desenvolvimento do município nas questões sócio cultural, política e econômica. No entanto a APPJ não é devidamente reconhecida como a gestora desses projetos. Faltando um trabalho de esclarecimento da população, pois percebe-se que as ações são mais reconhecidas do que a própria entidade.

Mesmo os sócios considerando o acompanhamento técnico entre bom e ótimo, a maioria afirma que as dificuldades para implantação e execução são consideradas como dificuldade média em um nível de pequena a grande. Isso demonstra a necessidade de repensar a metodologia utilizada para implantação desses projetos.

Os projetos desenvolvidos e ou apoiados pela APPJ como: Sicoob-Coopere, Rádio Comunitária Quixabeira FM, Unidade de beneficiamento de leite de cabra, Coopes (Cooperativa de Produção da Região do Piemonte da Diamantina), tem uma contribuição que atingem nem só os associados da APPJ, como a sociedade em geral.

A APPJ através de todos os seus projetos consegue modificar a realidade sócio cultural, política e econômica nem só das famílias associadas como da população do município de Quixabeira.

Realmente os projetos desenvolvidos pela APPJ e os resultados gerados contribuem para a construção da cidadania no município de Quixabeira-BA

Essa pesquisa aborda uma temática relevante que não se esgota. Sugere-se que outras pesquisas sejam realizadas abordando outras questões.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Manoel Correia de. **A Terra e o Homem no Nordeste**: Contribuições ao estado da questão agrária no Nordeste. São Paulo: Atlas, 1986.

ASSOCIAÇÃO DAS ESCOLAS DAS COMUNIDADES E FAMÍLIAS AGRÍCOLAS DA BAHIA (AECOFABA). **Revista 20 anos de AECOFABA**. Vitória da Conquista: Brasil Artes Gráficas, 1999.

ASSOCIAÇÃO DE PEQUENOS PRODUTORES DE JABOTICABA (APPJ). **Estatuto da Associação de Pequenos Produtores de Jaboticaba**. Quixabeira. 2007.

BAVA, Silvio Caccia, PAULICS, Veronika. **Experiências Inovadoras para uma Nova Governança Democrática**. Instituto Polis. [S. l.], 2005.

BUENO, Elcio da Mota Silveira, **As associações à luz do novo Código Civil**: uma contribuição ao estudo de modelos estatísticos. Araçatuba: 2004.
Disponível em: <http://www.romildo.com/blog/?p=896>. Acesso em 12/05/08

CARVALHO, Horacio Martins de. **O Campesinato no Século XXI**: possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Vozes, 2005.

CASA CIVIL: Subchefia para assuntos jurídicos. **Código Civil**. Brasília, 2002.
Disponível em: http://www.planalto.gov.br/Ccivil_03/LEIS/2002/1.10406.htm Acesso em 12/05/08

CASA CIVIL: Subchefia para assuntos jurídicos. **Constituição da Republica Federativa do Brasil**. Brasília, 1988.
Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituição/Constituição.htm
Acesso em 12/05/08

DELGADO, Rodrigo Mendes. **O que é uma ONG?** 2005.
Disponível em: <http://www.direitinet.com.br/artigos/x/19/83/1983/>. Acesso em 13/05/08.

DEMO, Pedro. **Cidadania Menor**: algumas indicações quantitativas de nossa pobreza política. Petrópolis: Vozes, 1992.

FISCHER, Tânia (org). **Poder Local**: Governo e cidadania. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1993.

FREYRE, Gilberto. **Casa Grande e Senzala**. Rio de Janeiro: Record, 34 ed. 1992.

GANANÇA, Alexandre Ciacconello. **Associativismo no Brasil**: Características e limites para a construção de uma nova institucionalidade democrática participativa. (Dissertação de mestrado). Brasília, 2006.
Disponível em: <http://www.unb.br/pol/defesasde2006> Acesso em 05/04/2008

LIMA, Dalberto. **Fundação e evolução de Quixabeira**. [S. n.], [S. l.]. 2ª ed. 1999.

NEIMEYER, Ana Maria, GODOI, Emilia Pietrofesa de (org). **Além dos Territórios: Para um diálogo entre a etnologia indígena, os estudos rurais e os estudos urbanos**. São Paulo: Mercado de Letras, 1998.

PROGRAMA NACIONAL DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR. (PRONAF) **Buscando as Raízes: agricultura familiar e reforma agrária**. Brasília, 2002.

SANTOS, Boaventura de Soares (org). **Produzir para Viver: os caminhos da produção não capitalista**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

SANTOS, Milton. **Por uma Outra Globalização: do pensamento único a consciência universal**. São Paulo: Record, 3ª ed. 2003.

SAVIANI, Dermeval. **Educação do senso comum à consciência filosófica**. São Paulo: Autores Associados e Cortez, 1998.

STIEL, Carlos Alberto, CARVALHO, Isabel C. M. **ONGs no Brasil: elementos para uma narrativa política**. [S. l.], 2007.

Disponível em: [http:// www.clacso.org](http://www.clacso.org) Acesso em 01/04/2008

TEIXERA, Elenaldo. **O Local e o Global: limites e desafios da participação cidadã**. São Paulo: Cortez, 2001.

Sites Consultados:

<http://www.ibge.gov.br> Acesso em 20/04/08

<http://www.pnud.org.br> Acesso em 20/04/08

<http://www.sei.gov.br> Acesso em 21/04/08

<http://www.unefab.org.br> Acesso em 21/04/08

<http://www.abong.org.br> Acesso em 12/05/08

<http://www.sebraemg.com.br> Acesso em 12/05/08

<http://www.estado.com.br> Acesso em 13/05/08

<http://www.terra.com.br> Acesso em 13/05/08

APÊNDICES

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS SÓCIOS DA APPJ

Nome _____
 Endereço _____ Data _____
 Idade _____ Profissão _____
 Nível de Escolaridade _____

1. Quais projetos foram ou são desenvolvidos em sua propriedade?

- () criação de peixes
 () criação de abelhas
 () criação de cabras e ovelhas
 () produção de doces, salgados, polpas, compotas etc.
 () produção de artesanatos
 () outro Qual? _____

1.2. Qual o grau de dificuldade para a implantação e execução desses projetos?

- | Implantação | Execução |
|-------------|-------------|
| () pequena | () pequena |
| () média | () média |
| () grande | () grande |

2. Existe acompanhamento técnico?

- () sim () não () já existiu

2.1 Como se dá esse acompanhamento?

- () direto na propriedade
 () através de cursos de capacitação
 () outro. Qual? _____

2.2 Como você avalia esse acompanhamento?

- | | |
|----------|-------------|
| () ruim | () regular |
| () bom | () ótimo |

3. Como os projetos são desenvolvidos?

- () apenas em família
 () em família e com ajuda de terceiros
 () em mutirão

4. Avalie o grau de contribuição dos resultados, nos seguintes itens:

- | Educação | Geração de emprego e renda |
|-------------|----------------------------|
| () ruim | () ruim |
| () regular | () regular |
| () bom | () bom |
| () ótimo | () ótimo |

APÊNDICE B – QUESTIONÁRIO APLICADO AOS MEMBROS DA SOCIEDADE EM GERAL

Nome _____
 Endereço _____ Data _____
 Idade _____ Profissão _____
 Nível de Escolaridade _____

1. Você conhece os projetos executados pela APPJ (Associação dos Pequenos Produtores de Jaboticaba)?

() sim () não

1.2 Se sim, quais são?

() Escola Família Agrícola
 () Projeto Conviver

2. Em sua visão esses projetos contribuem para o desenvolvimento do município de Quixabeira?

() sim () não

3. Como você percebe essa contribuição?

() através da atuação da EFA
 () através da atuação do Projeto Conviver em:
 () criação de peixes
 () criação de abelhas
 () criação de cabras e ovelhas
 () produção de doces, salgados, polpas, compotas etc.
 () produção de artesanatos
 () Festival de Convivência com o semi-árido

4. Como você avalia a influência desses projetos para o município de Quixabeira-Ba?

() ruim () regular
 () bom () ótimo

5. Avalie o grau de contribuição desses projetos para o município de Quixabeira nos seguintes itens:

Sócio culturais

() pequena
 () média
 () grande

Político

() pequena
 () média
 () grande

Econômico

() pequena
 () média
 () grande